



PORTARIA N. 1209/2024

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, Desembargadora Regina Ferrari, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo regramento contido no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 c/c o art. 361, inciso I, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o teor da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216, todos da Constituição Federal; altera a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei Federal nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a publicação da Portaria nº 25, de 17 de janeiro de 2024, que instituiu o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário para o ano 2024;

CONSIDERANDO a necessidade contínua do aprimoramento da gestão pública, mediante a criação de mecanismos que garantam a efetividade das ações de transparências;

CONSIDERANDO as deliberações constantes no processo SEI nº 0001295-34.2024.8.01.0000,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

RESOLVE:

Alterar o Anexo I da Portaria nº 437/2022.

ANEXO I
RANKING DA TRANSPARÊNCIA

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|-------------|---|---|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| 1 | Gestão | 1 – Planejamento Estratégico institucional publicado evidenciando objetivos estratégicos, metas, indicadores de desempenho? | Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIGES | Biênio | Resolução TPADM nº 259/2021 | |
| 2 | Gestão | 2 – Os resultados do Planejamento Estratégico institucional alcançados pelo órgão? | Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIGES | Biênio | Resolução TPADM nº 259/2021 | |
| 3 | Gestão | 3 – O registro das competências e responsabilidades do órgão? | Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIINS | Anual | Resolução nº 52/2021 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|-------------|--|--|----------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------|
| 4 | Gestão | 4 – Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades? | Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIINS | Anual | Lei Complementar nº 221/2010 | 105 |
| 5 | Gestão | 5 – Os atos normativos expedidos pelo órgão? | Art. 6º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIINS | Semanal | Resolução nº 52/2021 | |
| 6 | Gestão | 6 – Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos? | Boas práticas | DIGES | Anual | Resolução CNJ nº 325/2020 | 106 |
| 7 | Gestão | 7 – Há campo/espço Estatística na página principal do órgão, com vistas a reunir dados abertos, painéis de bussiness Intelligence e relatórios estatísticos referente á atividade-fim do Poder Judiciário, contendo o conteúdo mínimo definido na Portaria CNJ nº 119/2021, com link de acesso ao Painel de Estatística do DataJud, e as informações relacionadas no art.7º do referido normativo? | Resolução CNJ nº 333/2020 e Portaria CNJ nº 119/2021 | ASEGD | NA | NA | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|----------------------|---|--|----------------------------|------------------------------|----------------------|-------------------|
| 8 | Gestão | 8 – O site dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo? | Art. 6º, IX, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIINS | NA | NA | |
| 9 | Audiências e Sessões | 9 – As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular? | Art. 9º, II, da Lei nº 9.527/2011. | DIINS | NA | Notícia | 129,3 |
| 10 | Audiências e Sessões | 10 – O calendário das sessões colegiadas? | Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIJUD | Semanal | NA | |
| 11 | Audiências e Sessões | 11 – A pauta de julgamentos? | Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011. | DIJUD | Semanal | NA | |
| 12 | Audiências e Sessões | 12 – O site transmite ao vivo, pela internet, as sessões dos órgãos colegiados? | Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015. | DITEC | Semanal | Resolução nº 52/2021 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|---|---|--|----------------------------|------------------------------|----------------------|-------------------|
| 13 | Audiências e Sessões | 13 – O órgão publica os vídeos das sessões dos colegiados? | Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DITEC | Semanal | Resolução nº 52/2021 | |
| 14 | Audiências e Sessões | 14 – Resultados e atas das reuniões das comissões? | Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015. | SEAPO | Mensal | Resolução nº 52/2021 | 107 |
| 15 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 15 – Telefone das unidades e horários de atendimento? | Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015 | DRVAC | Mensal | Portaria nº 648/2021 | 105 |
| 16 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 16 – O campo denominado ‘Serviço de Informações ao Cidadão’ na página inicial?” | Art. 7º da Resolução CNJ nº 215/2015. | OUID | NA | NA | 105 |
| 17 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 17 – O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao Cidadão"? | Art. 7º da Lei nº 13.450/2017. | OUID | Anual | Lei nº 12.527/2011 | 110 |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|---|--|---|----------------------------|------------------------------|--------------------|-------------------|
| 18 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 18 – Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC? | Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015. | OUVID | Anual | Lei nº 12.527/2011 | |
| 19 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 19 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações? | Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015. | OUVID | Anual | Lei nº 12.527/2011 | |
| 20 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 20 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)? | Art.10 da Resolução CNJ nº 215/2015. | OUVID | Anual | Lei nº 12.527/2011 | |
| 21 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 21 – O site indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação? | Art. 9º, I, alínea "b", e art. 10, § 2º, da Lei nº 12.527/2011. | OUVID | Anual | Lei nº 12.527/2011 | |
| 22 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 22 – As Respostas às Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)? | Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015. | OUVID | Anual | Lei nº 12.527/2011 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|---|---|---|----------------------------|------------------------------|--------------------|-------------------|
| 23 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 23 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes? | Art. 41, III, da Resolução CNJ nº 215/2015. | OUVID | Anual | Lei nº 12.527/2011 | |
| 24 | Serviço de Informações ao Cidadão – SIC | 24 - Link de acesso aos principais serviços de atendimento ao usuário (PJE, Balcao Virtual, Primeiro atendimento/Juizados Especiais) | Boas Práticas | OUVID | NA | NA | |
| 25 | Ouvidoria | 25 – O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações? | Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021 | OUVID | NA | Lei nº 12.527/2011 | |
| 26 | Ouvidoria | 26 - O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento de denúncias e reclamações ? | Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021 | OUVID | NA | Lei nº 12.527/2011 | |
| 27 | Ouvidoria | 27 – O site disponibiliza avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações? | Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021 | OUVID | NA | Lei nº 12.527/2011 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|--|---|--|----------------------------|------------------------------|---------------|-------------------|
| 28 | Tecnologia da Informação e Comunicação | 28 – O órgão publica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação- PDTIC, vigente? | Art. 6º, da Resolução CNJ nº 370/2021. | DITEC | Anual | NA | |
| 29 | Tecnologia da Informação e Comunicação | 29 – O órgão publica o Plano de Contratações de Soluções de TIC, vigente? | Arts. 4º e 5º, da Resolução CNJ nº 468/2022. Resolução CNJ nº 370/2021. | DITEC | NA | NA | |
| 30 | Tecnologia da Informação e Comunicação | 30 – O órgão possui Painel com Informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permita ao usuário a filtrar, consultar e até extrair dados públicos? | Art. 7º da Resolução CNJ nº 370/2021, associado às boas práticas previstas na Resolução CNJ nº 215/2015. | DITEC | NA | NA | |
| 31 | Tecnologia da Informação e Comunicação | 31 – O portal (sítio) institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações? | Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DITEC | NA | NA | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|--|---|---|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| 32 | Tecnologia da Informação e Comunicação | 32 – O portal (sítio) institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: webservices ou api's) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina? | Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DITEC | NA | NA | |
| 33 | Gestão Orçamentária | 33 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT) | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009. | DIFIC | Mensalmente | Resolução COJUS nº 52/2021. | 117,118,119 |
| 34 | Gestão Orçamentária | 34 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT) | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009. | DIFIC | Mensalmente | Resolução COJUS nº 52/2021. | 117,118,119, 122 |
| 35 | Gestão Orçamentária | 35 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Proposta Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF) | Art. 4º, I, da Resolução CNJ nº 195/2014. | DIGES | Anual | Resolução CNJ nº 195/2021 | 124 |
| 36 | Gestão Orçamentária | 36 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Lei Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não | Art. 4º, I da Resolução CNJ nº 195/2014. | DIGES | Anual | Resolução COJUS nº 52/2021. | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|---------------------|--|--|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| | | se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF) | | | | | |
| 37 | Gestão Orçamentária | 37 – O mapa demonstrativo da execução orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF) | Art. 9º da Resolução CNJ nº 195/2014. | DIFIC | Anual | Resolução COJUS nº 52/2021. | 121, 123 |
| 38 | Gestão Orçamentária | 38 - O "Relatório de Gestão Fiscal"? | Art.55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. | DIFIC | Quadrimestral | Resolução COJUS nº 52/2021. | |
| 39 | Gestão Orçamentária | 39 – O mapa anual dos precatórios? (Não se aplica aos TRES, STM, TSE, CJF, CSJT, CNJ e TST) | § 1º do art. 85 da Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019 | SEPRE | Anual | Resolução CNJ nº 303/2019 | |
| 40 | Gestão Orçamentária | 40 – A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação? | Art. 128 da Lei nº 13.898/2019. | DIFIC | Anual | Resolução COJUS nº 52/2021. | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|--|---|---|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| 41 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 41 – A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa? | Acórdão TCU nº 2622/2015 – TCU – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |
| 42 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 42 – A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informação conclusiva sobre o ‘Valor Estimado da Licitação’, desde que não tenha sido considerada sigiloso? | Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |
| 43 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 43 – A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)? | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | 125, 126, 127 |
| 44 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 44 – A íntegra dos questionamentos apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública? | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |
| 45 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 45 – A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública? | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|--|---|---|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| 46 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 46 – O nome do vencedor da licitação? | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |
| 47 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 47 – A íntegra dos contratos firmados? | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | 128 |
| 48 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 48 – A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato? | Art. 62 da nº Lei 8.666/1993, os art. 91 e 95 da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 12.527/2011 | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |
| 49 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 49 – A íntegra dos Termos Aditivos assinados? | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |
| 50 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 50 – A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso? | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|--|--|---|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| 51 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 51 – A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerado sigilosa? | Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário. | DILOG | Semanal | Resolução COJUS nº 52/2021. | |
| 52 | Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação | 52 – O órgão publica no sítio eletrônico a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação? | Art. 129 da Lei nº 13.242/2015. | DIGES | Quadrimestral | Resolução COJUS nº 52/2021. | 115 |
| 53 | Gestão de Pessoas | 53 – O Anexo III-a da Resolução CNJ nº 102/2009? | Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIPES | Anual | Resolução CNJ n.º 102/2009 | |
| 54 | Gestão de Pessoas | 54 – O Anexo III-b da Resolução CNJ nº 102/2009? | Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIPES | Anual | Resolução CNJ nº 102/2009 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|-------------------|--|--|----------------------------|------------------------------|---------------------------|-------------------|
| 55 | Gestão de Pessoas | 55 – O Anexo III-c da Resolução CNJ nº 102/2009? | Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 56 | Gestão de Pessoas | 56 – Alínea “a” | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 57 | Gestão de Pessoas | 57 – Alínea “b” | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 58 | Gestão de Pessoas | 58 – Alínea “c” | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 59 | Gestão de Pessoas | 59 – Alínea “d” | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|-------------------|---|---|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------|
| 60 | Gestão de Pessoas | 60 – Alínea “e” (Não se aplica a TRE's e TSE) | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 61 | Gestão de Pessoas | 61 – Alínea “f” (Não se aplica a TRE's e TSE) | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 62 | Gestão de Pessoas | 62 – Alínea “g” | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 63 | Gestão de Pessoas | 63 – Alínea “h” | Resolução CNJ nº 102/2009 e art. 108 da Lei nº 13.242/2015. | DIPES | Quadrimestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 64 | Gestão de Pessoas | 64 – O Anexo V da Resolução CNJ nº 102/2009? | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Mensal | Resolução CNJ nº 102/2009 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|-------------------|---|--|----------------------------|------------------------------|---------------------------|-------------------|
| 65 | Gestão de Pessoas | 65 – O Anexo VI da Resolução CNJ nº 102/2009? | Resolução CNJ nº 102/2009. | DILOG | Mensal | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 66 | Gestão de Pessoas | 66 – O Anexo VII da Resolução CNJ nº 102/2009? | Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Mensal | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 67 | Gestão de Pessoas | 67 – Semestralmente, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas? | Art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016. | DIPES | Semestral | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 68 | Gestão de Pessoas | 68 – A relação de membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública? | Art. 6º, VII, “e”, da Resolução CNJ nº 215/2015. | DIPES | Mensal | Resolução CNJ nº 102/2009 | |
| 69 | Gestão de Pessoas | 69 – A remuneração e os proventos de membros, servidores, ativo, aposentado, pensionista e colaboradores? | Art. 6º da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009. | DIPES | Mensal | Resolução CNJ nº 102/2009 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|---------------------------------|--|--|----------------------------|------------------------------|---|-------------------|
| 70 | Gestão de Pessoas | 70 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos? | Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009. | DIFIC/DILOG | Mensal | Resolução COJUS nº 52/2021 | 116 |
| 71 | Gestão de Pessoas | 71 – O tribunal divulga os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral? | Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ nº 227/2016. | DIPES | Mensal | Resolução CNJ nº 227/2016 | |
| 72 | Gestão de Pessoas | 72 – O tribunal divulga na internet a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (Não se aplica ao STM, CNJ, CJF, STJ, TSE, TST, CSJT, e TRE's) | Art. 3º da Resolução CNJ nº 233/2016. | DIINS | Mensal | Resolução CNJ nº 233/2016 | |
| 73 | Auditoria e Prestação de Contas | 73 – Prestações de contas do ano anterior? | Art. 8º, II, primeira parte, e III, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas. | AUDIN | Anual | Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|---------------------------------|--|---|----------------------------|------------------------------------|---|--|
| | | | | | | Resolução TCE/AC nº 87/2013 | |
| 74 | Auditoria e Prestação de Contas | 74 – Relatório Anual das Atividades Exercidas | Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais. | AUDIN | Anual | Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013 | 112 (não há sistema e sim publicação de relatórios periódicos) |
| 75 | Auditoria e Prestação de Contas | 75 - Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)? | Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais. | AUDIN | NA (Depende de publicação do TCE) | Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|---------------------------------------|---|--|-------------------------------|---------------------------------|---|-------------------|
| 76 | Auditoria e Prestação de Contas | 76 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo? | Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário. Boas Práticas. | AUDIN | Anual | Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87 de 2013 | |
| 77 | Auditoria e Prestação de Contas | 77 – Plano Anual de Auditoria | Resolução CNJ nº 309/2020 - Seção IV. | AUDIN | Anual | Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020 | |
| 78 | Auditoria e Prestação de Contas | 78 - Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud)? | Resolução CNJ nº 309/2020, arts. 69 a 73. | AUDIN | Anual | Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020 | |
| 79 | Sustentabilidade e Acessibilidade | 79 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)? | Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas. | NUSAP | Anual | Resolução TPADM nº 258/2021 | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|-----------------------------------|--|--|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| 80 | Sustentabilidade e Acessibilidade | 80 – Os planos de ação do PLS? | Boas práticas. | NUSAP | Anual | Resolução TPADM nº 258/2021 | |
| 81 | Sustentabilidade e Acessibilidade | 81 – O relatório anual de desempenho do PLS? | Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas. | NUSAP | Anual | Resolução TPADM nº 258/2021 | |
| 82 | Sustentabilidade e Acessibilidade | 82 – A composição e o contato da Comissão Gestora do PLS? | Boas práticas. | NUSAP | Anual | Resolução TPADM nº 258/2021 | |
| 83 | Sustentabilidade e Acessibilidade | 83 – O órgão utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais em manifestações públicas? | Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021. | DIINS | NA | NA | |
| 84 | Sustentabilidade e Acessibilidade | 84 – O órgão utiliza legenda em manifestações públicas? | Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021. | DIINS | NA | NA | |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

| Item | Eixo - 2022 | Item - 2022 | Fundamento Normativo CNJ - 2022 | Unidade Responsável - 2024 | Periodicidade de Atualização | Ato normativo | Item E- Prevenção |
|------|-----------------------------------|---|---|-------------------------------|---------------------------------|---------------|-------------------|
| 85 | Sustentabilidade e Acessibilidade | 85 – O órgão utiliza audiodescrição em manifestações públicas? | Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021. | DIINS | NA | NA | |
| 86 | Sustentabilidade e Acessibilidade | 86 – O portal (sítio) institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII) e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)? | Art.6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015; art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011; art.17 da Lei nº 10.098/2000; art. 9º da Convenção sobre os Direitos as Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008; art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 401/2021; Boas Práticas previstas Resolução CNJ nº 370/2021. | DIINS | NA | NA | |

Publique-se.

Cumpra-se.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Rio Branco-AC, 4 de abril de 2024.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Presidente

Publicado no DJE n. 7.510, de 5.4.2024, p. 126-129.